



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

**Câmara Técnica de Normas Contábeis e de
Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)**

PAUTA DA 26ª REUNIÃO

OUTUBRO/2018

Brasília – ESAF, 23 a 26 de Outubro de 2018

MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Mansueto Facundo de Almeida Jr.

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Leonardo Silveira do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Bruno Ramos Mangualde

GERENTE DE NORMAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS – SUBSTITUTA

Ana Karolina Almeida Dias

GERENTE DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO FISCAL

Claudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa

CHEFE DO NÚCLEO DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

Renato Perez Pucci

CHEFE DO NÚCLEO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DA FEDERAÇÃO

Bruno Bastos Neves

Fone: (61) 3412-3804

Correio Eletrônico: cconf@tesouro.gov.br

Página Eletrônica: www.tesouro.fazenda.gov.br

www.siconfi.tesouro.gov.br

Pauta CTCONF

Local: Auditório ESAF

Data: Terça-Feira (23/10/2018)

Item 1 – Abertura e Informes

23/10/2018 – Terça-Feira – Horário: 9 às 11h

Deliberação

Discussão

Informação

- **Item 1.1 – Abertura: Mensagem do Secretário do Tesouro Nacional, Subsecretária de Contabilidade Pública e do Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação**
- **Item 1.2 – ACT IRB e ATRICON: informes**
 - Reuniões do Comitê Gestor
 - Assinatura dos Termos de Adesão
 - Estratégia dos Subgrupos (#1. MDF / #2. MSC / #3. Requisitos Mínimos)
- **Item 1.3 – Nota Técnica de Registros Orçamentários**
 - Resultado das contribuições da CTCONF

Item 2 – Novas estruturas propostas para o MCASP e do MDF e estratégia relacionada ao MCASP 8ª edição

23/10/2018 – Terça-Feira – Horário: 11 às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar e validar as propostas de novas estruturas para futuras edições do MCASP e do MDF.

Contextualização

Há um diagnóstico geral de que o **Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)** pode ser otimizado de forma a permitir uma leitura mais fluida e diminuir a necessidade de paginação para se ter acesso à descrição de cada rubrica ou campo dos demonstrativos fiscais. Já a estrutura do **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)** precisa se adaptar ao rol de procedimentos contábeis patrimoniais definidos na Portaria STN nº 548/2015 e consolidar os procedimentos patrimoniais, específicos e orçamentários por cada procedimento contábil, de maneira que, ao se utilizar o Manual não haja necessidade de consultar partes diferentes para um mesmo tema ou procedimento contábil. Considera-se a possibilidade de uma edição extra do MCASP em 2019 que traga mudança de estrutura sem haver, em princípio, mudança de conteúdo (a não ser que seja devidamente deliberado pela CTCONF). Além disso, há demanda dos entes pela modernização do PCASP para ajuste de distorções identificadas na estrutura de codificação, bem como para atender a algumas necessidades específicas. Assim, a STN criou um Subgrupo do PCASP para trabalhar em conjunto visando à modernização do PCASP, incluindo o anexo III da IPC 00, bem como garantir a padronização do plano de contas a nível nacional, estimulando assim a utilização por parte de todos os entes federados. Em linha com a transparência e a atualização participativa do MCASP, e na estratégia de utilizar o MCASP como filtro normativo para a aplicação das NBC TSP, é também apresentada a proposta de estratégia para a 8ª edição do Manual.

Ação esperada dos membros

Alteração de estrutura do MDF e do MCASP: validar as estruturas propostas e apresentar contribuições a serem levadas em consideração em edições futuras dos referidos Manuais.

PCASP: informação a respeito do andamento dos trabalhos, bem como possíveis sugestões de melhorias.

MCASP 8ª edição: apresentar contribuições com relação à aplicabilidade da estratégia de incorporação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público na referida edição do MCASP. Ressalta-se que a deliberação específica sobre as alterações do MCASP 8ª edição serão deliberadas em sessão específica desta 26ª CTCONF.

Aspectos Específicos de Discussão

- Avaliação, coleta de propostas e considerações acerca de nova estrutura para o MCASP e MDF
- Conhecimento da estratégia em relação às próximas versões do PCASP
- Estratégia proposta para o MCASP 8ª edição

Item 3 – Decreto e Portaria de Requisitos Mínimos

23/10/2018 – Terça-Feira – Horário: 14 às 15:30h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Discutir a legislação atual e propor aprimoramentos relativos aos requisitos mínimos para os sistemas integrados de administração financeira e controle (SIAFICs) à luz das recentes mudanças na LRF e da implantação do Siconfi.

Contextualização

Tendo em vista a publicação da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabeleceu algumas novas regras sobre os sistemas contábeis, bem como relativas ao envio de informações para os órgãos federais (em especial, o órgão central de contabilidade da União), é necessário revisar e rediscutir o conteúdo da legislação que versa sobre os requisitos mínimos para os sistemas integrados de administração financeira e controle, de forma a atender ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União. Recentemente foi proposta uma revisão do Decreto nº 7.185/2010 e será apresentada minuta de Portaria da STN/MF para ser discutida com os membros da CTCONF. Ressalta-se que esse projeto está de acordo com o plano de trabalho elaborado de acordo com as disposições do Acórdão nº 1.235/2015 do Tribunal de Contas da União.

Ação esperada dos membros

Conhecimento do novo texto do Decreto federal de requisitos mínimos (Decreto nº 7.185/2010) e proposições para o aprimoramento da Portaria (Portaria MF nº 548/2010). Discutir e propor desenho institucional com vistas a verificar e fiscalizar os requisitos definidos pela legislação (abordagem conforme o ACT STN/IRB/ATRICON/TCs).

Aspectos Específicos de Discussão

- Nova proposta de Portaria que estabelece regras para os sistemas de modo que atenda ao padrão mínimo de qualidade dos Sistemas Integrado de Administração Financeira e Controle – SIAFICs definido pelo poder executivo da União (conforme incisos II e III do § 1º, e dos §§ 2º, 5º e 6º do art. 48 da LRF).
- Validação da incorporação das propostas apresentadas na última CTCONF e avaliação crítica da nova minuta de Portaria.
- Papel das diversas entidades dos entes da Federação na verificação desses requisitos

Item 4 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS

23/10/2018 – Terça-Feira – Horário: 15:30 às 17h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar a versão final da IPC para contabilização do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, com as contribuições da consulta pública consolidadas.

Contextualização

Procurando alinhar-se aos padrões contábeis internacionais bem como à recente adoção do PCASP para contabilização dos regimes próprios de previdência dos servidores, faz-se oportuno apresentar o modelo de contabilização para os RPPS.

Ação esperada dos membros

Deliberação quanto ao conteúdo da IPC.

Aspectos Específicos para Deliberação

- Apresentação dos principais aspectos da IPC;
- Apresentação do resultado da consulta pública;
- Deliberação.

Local: Auditório ESAF

Data: Quarta-Feira (24/10/2018)

Item 5 – Renúncia de receita: aspectos contábeis, fiscais e transparência

24/10/2018 – Quarta-Feira – Horário: 9 às 10h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar o contexto e a importância do tema, bem como o diagnóstico da situação atual quanto a demonstração da renúncia de receita.

Contextualização

Não há padrão adequado para registro e demonstração das informações das renúncias de receitas tributárias nas três esferas de governo. Neste sentido, abre-se uma discussão para identificar a melhor forma de registro de renúncias de receitas – nas suas mais diversas formas – no contexto do marco legal nacional e de modo alinhado aos padrões contábeis internacionais convergidos na forma de normas brasileiras de contabilidade.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento acerca da relevância do tema e auxiliar no direcionamento e na criação de diretrizes para o desenvolvimento de formas de registros e demonstração das renúncias de receitas.

Aspectos Específicos de Discussão

- Avaliar propostas de registro de renúncias de receita, nas suas mais diversas formas;
- Apresentar aspectos a serem considerados nas propostas a serem levadas a IPC e/ou Manuais.

Item 6 – Saúde: aspectos contábeis e fiscais referentes aos planos de custeio e investimento

24/10/2018 – Quarta-Feira – Horário: 10 às 11h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Dar conhecimento e esclarecer dúvidas que possam surgir a respeito da Nota Técnica conjunta MF/MS nº 11 que trata da Portaria 3.992/2017 que dispõe sobre a organização dos blocos de financiamento e a transferência de recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde.

Contextualização

Após a publicação da Portaria do Ministério da Saúde nº 3.992/2017 que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, surgiram algumas dúvidas por parte dos entes da federação de como operacionalizar os recursos recebidos por meio dos Blocos de financiamento de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde e do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde. No intuito de dirimir essas dúvidas o Ministério da Fazenda e da Saúde editaram a Nota Técnica conjunta nº 11.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento acerca da publicação da Nota Técnica Conjunta MF/MS nº 11 e apresentar pontos que possam ser esclarecidos a respeito da operacionalização das transferências de recursos federais aos estados, ao distrito federal e aos municípios, a serem repassados de forma automática, sob a modalidade fundo a fundo, em conta corrente única para cada bloco de financiamento.

Aspectos Específicos de Discussão

- Discutir aspectos específicos relacionados à aplicabilidade da Nota Técnica Conjunta MF/MS nº 11/2018.

Item 7 – Verificações e validações de informações contábeis e fiscais (*ranking*)

24/10/2018 – Quarta-Feira – Horário: 11 às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar o resultado da aplicação das primeiras regras de verificação e validações das informações contábeis e fiscais, bem como a estratégia de ranqueamento dos entes segundo a qualidade dessas informações.

Contextualização

Verifica-se que, muitas vezes, as contas dos entes enviadas à STN para a consolidação das contas públicas (em especial, os demonstrativos fiscais, a DCA e a MSC) não se encontram aderentes ao marco legal (requisitos mínimos, legislação, etc.) e às disposições dos Manuais (MCASP e MDF). Neste sentido, têm sido implantadas, de forma gradual, regras de verificação desta aderência, possibilitando que os entes tenham conhecimento dos aspectos que precisam ser ajustados em sua contabilidade. A estratégia a ser seguida é a de implantação progressiva de regras de validação e de indicadores da qualidade da informação utilizada para a consolidação nacional e por esfera de governo prevista no art. 51 da LRF. Ressalta-se que essas regras impactarão, inclusive, no volume de transferências voluntárias recebidas pelos entes conforme disposições da Portaria Interministerial nº 424/2016 e pode constituir-se como um instrumento de auxílio aos Tribunais de Contas no exercício de suas funções institucionais.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento do resultado da aplicação do primeiro conjunto de regras, bem como das estratégias futuras. Apresentar aspectos relevantes a serem considerados quando da elaboração das verificações e de *rankings*.

Aspectos Específicos de Discussão

- Avaliar resultados da aplicação das primeiras regras;
- Discutir alinhamento com o marco legal-normativo, em particular o PIPCP;
- Discutir formas de transparência e próximos passos.

Item 8 – MSC e Informações Complementares

24/10/2018 – Quarta-Feira – Horário: 14 às 16h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar a evolução dos trabalhos relacionados à Matriz de Saldos Contábeis (MSC) em suas mais diversas vertentes – aspectos normativos-legais para 2019, estratégia de apoio aos entes subnacionais na elaboração da MSC (vídeos e workshops), dentre outros.

Contextualização

A MSC é uma estrutura padronizada apta a representar informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade do Ente, evitando possíveis falhas no processo de preenchimento, com o objetivo de gerar relatórios

contábeis e demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de possibilitar o acesso a informações mais detalhadas da contabilidade de cada ente governamental. Essa estrutura reúne uma relação de contas contábeis e de informações complementares, produzida a partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Estendido, semelhante a um balancete de verificação. Nesta reunião serão apresentados aspectos referentes a:

- Portaria Siconfi / CAUC 2019: prazos e leiaute;
- Recebimentos de MSC e estratégia de apoio aos entes subnacionais;
- Vídeos com orientações acerca da MSC;
- Andamento dos workshops para capacitação sobre MSC;
- Canais de divulgação: STN/Siconfi, BB, CNM, FNP, ESAF, ENAP e CONFAZ;
- Leiaute MSC de encerramento;
- Validações para 2019;
- Análise da qualidade das MSC recebidas: Estados e Capitais

Ação esperada dos membros

Analisar o material disponibilizado e apresentar sugestões para aprimoramentos MSC, tanto nos aspectos técnicos quanto estratégicos.

Item 9 – Ementário da Receita 2019

24/10/2018 – Quarta-Feira – Horário: 16 às 17h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as alterações na estrutura da codificação da receita orçamentária por natureza (Ementário da Natureza da Receita) e a estratégia para a estrutura da codificação válida para 2020.

Contextualização

Frente às necessidades específicas dos entes federados, tornou-se necessária a discussão a respeito da alteração da classificação por natureza da receita orçamentária. Assim, após análises de subgrupo criado pela STN a fim de discutir as possibilidades de alterações, encaminhou-se proposta a ser deliberada em conjunto entre a STN/MF e a SOF/MPDG. A Portaria Conjunta SOF/STN nº 163/2001 deverá ser alterada quanto à parte que trata da receita orçamentária por natureza, a fim de contemplar as necessidades dos entes federados.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento da acerca das atualizações promovidas no ementário da receita e da estratégia a ser adotada para a o Ementário válido a partir de 2020, contribuindo com sugestões.

Local: Auditório ESAF

Data: Quinta-Feira (25/10/2018)

Item 10 – Painel de Experiências Locais

25/10/2018 – Quinta-Feira – Horário: 09 às 09h30

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Compartilhar com os demais entes da Federação a experiência quanto à implementação dos Manuais no âmbito de entes subnacionais de menor porte (caso do Município de “Mata de São João/BA”).

Contextualização

As reformas contábeis e sua implementação na realidade brasileira são sempre objeto de questionamento quanto à viabilidade. Neste sentido, o caso do Município de Mata de São João/BA apresentará a estratégia utilizada localmente, de modo a poder servir como referência aqueles que ainda se encontram nos estágios iniciais da implementação das reformas.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento acerca das boas práticas de implementação dos Manuais usadas no âmbito nacional.

Item 11 – IPC de Fontes de Recursos

25/10/2018 – Quinta-Feira – Horário: 09h30 às 10:30h

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Discutir as regras de operacionalização de Fonte de Recursos na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com vista a elaboração de uma IPC sobre o tema.

Contextualização

A aplicação da Fonte de Recursos é motivo de diversos questionamentos ao fale conosco da Secretaria do Tesouro Nacional. Não existe um documento que oriente sobre as regras de utilização da fonte na previsão e execução orçamentária, o controle por DDR e o controle do superávit e dos restos a pagar. É imprescindível a edição de uma IPC para normatizar e padronizar a aplicação da Fonte de Recursos, principalmente diante da implantação da Matriz de Saldos Contábeis.

Ação esperada dos membros

Discutir os aspectos específicos da aplicação da Fonte de Recursos na execução financeira e orçamentária de cada ente, apresentando contribuições para elaboração da IPC.

Aspectos Específicos de Discussão

- Identificar os principais aspectos relacionados à padronização das fontes de recursos;
- Discutir a dinâmica de operacionalização das fontes no âmbito da Federação.
- Apresentar a estratégia de padronização conceitual e para fins da MSC, bem como os próximos passos.

Item 12 – IPC Depósitos Judiciais

25/10/2018 – Quinta-Feira – Horário: 10:30 às 12:00h

Deliberação
Discussão
Informação

Objetivos

Apresentar a versão final da IPC de depósitos judiciais, incorporando as contribuições dos entes da Federação e alinhadas às recentes alterações no marco legal.

Contextualização

O assunto já foi objeto de reuniões de grupos técnicos anteriores. Houve discussão dos principais conceitos e a legislação de referência, com ênfase nas inovações trazidas pela Lei Complementar nº 151/2015, pela Emenda Constitucional nº 94/2016 e pela Emenda Constitucional nº 99/2017. Também foram recebidas contribuições de entidades diversas da Federação, que foram avaliadas quando da elaboração da IPC.

Ação esperada dos membros

Deliberação quanto ao conteúdo da IPC.

Aspectos Específicos para Deliberação

- Apresentação dos principais aspectos da IPC;
- Deliberação.

Item 13 – Processo de Convergência - Releases 3 e 4

25/10/2018 – Quinta-Feira – Horário: 14:00 às 17h

Deliberação
Discussão
Informação

Objetivos

Apresentar as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP) em discussão pelo Grupo Assessor do Conselho Federal de Contabilidade.

Contextualização

O Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, já com a nova composição dada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no ano de 2015 possui uma agenda ativa voltada às ações para a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) às *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Nesse sentido, esta reunião discutirá as NBC TSP dos *Releases 3 e 4*, bem como os impactos para implementação nos entes da Federação, tais como: Apresentação das Demonstrações Contábeis, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Apresentação da Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, Custo de Empréstimos, Benefícios a Empregados, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Contábeis Consolidadas, Investimentos em Coligadas e Negócios Conjuntos, Acordos em Conjunto, Evidenciação de Participações em Outras Entidades e Combinações de Operações e Entidades no Setor Público.

Ação esperada dos membros

Avaliar a evolução e discutir os aspectos específicos de cada norma, além de opinar acerca da evolução do processo de convergência à luz do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

Local: Auditório ESAF

Data: Sexta-Feira (26/10/2018)

Item 14 – MCASP 8ª Edição

26/10/2018 – Sexta-Feira – Horário: 09 às 11h30

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivos

Apresentar as principais alterações a serem incorporadas à 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP

Contextualização

De acordo com o Plano de Ação Normativa e Operacional da STN definido no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), aprovado pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, a STN deverá publicar a 8ª edição do MCASP incorporando as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). A nova edição tem vigência prevista para o triênio 2019 –2021, ressalvada a republicação para fins de reestruturação no Manual, conforme item 4 da presente pauta. Além da revisão frente às NBC TSP, serão incluídas na nova edição as alterações decorrentes da atualização das classificações de receita e despesas orçamentárias, conforme Portaria Interministerial SOF/STN nº 163, de 4 de maio de 2001, bem como correção de erros identificados na 7ª edição.

Ação esperada dos membros

Tomar conhecimento acerca das alterações propostas e, quando couber, apresentar sugestões para aprimoramento.

Aspectos Específicos de Discussão

- Alterações do MCASP decorrente da incorporação das Normas Brasileiras de Contabilidade a seguir:
 - NBC TSP 06 – Propriedade para Investimento
 - NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado
 - NBC TSP 08 – Ativo Intangível
 - NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
 - NBC TSP 10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
 - NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
 - NBC TSP 12 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - NBC TSP 13 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis
 - NBC TSP 14 – Custos de Empréstimos
 - NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados (incorporação parcial)
- Alterações decorrentes da atualização da Portaria Interministerial SOF/STN nº 163, de 4 de maio de 2001;
- Atualização do PCO - Renúncia de Receita, para compatibilização com a Nota Técnica CCONF 4/2013;
- Atualização do PCO a fim de incluir o entendimento contido na Nota Técnica CCONF Nº 1/2018 - Registros Contábeis Referentes a Transações sem Efetivo Fluxo de Caixa.
- Atualização do PCO - Dedução de Receita Orçamentária, a fim de tornar o roteiro contábil

Item 15 – Encaminhamentos finais / Encerramento

26/10/2018 – Sexta-Feira – Horário: 11h30 às 12h

Deliberação

Discussão

Informação

- Apresentação e resumo dos principais encaminhamentos da reunião à luz das discussões e apontamentos, bem como a definição de prazos e responsáveis;
- Apresentação da pré-pauta para a próxima reunião;
- Apresentação dos status dos projetos em andamento;
- Considerações finais;
- Encerramento da reunião.